



Ministério da
Cultura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

VAGNER JOSÉ ROCHA SANTOS

**O CLIQUE FOMENTO E A GESTÃO DOS EDITAIS DO
FUNDO DE CULTURA DA BAHIA**

Olinda
2014

VAGNER JOSÉ ROCHA SANTOS

**O CLIQUE FOMENTO E A GESTÃO DOS EDITAIS DO
FUNDO DE CULTURA DA BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Henrique Helal

Olinda
2014

VAGNER JOSÉ ROCHA SANTOS

**O CLIQUE FOMENTO E A GESTÃO DOS EDITAIS DO
FUNDO DE CULTURA DA BAHIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 24 de novembro de 2014.

Banca examinadora

Diogo Henrique Helal – Orientador
Doutor em Ciências Humanas, com concentração em Sociologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais
Fundação Joaquim Nabuco e Universidade Federal da Paraíba

Hérrisson Fábio de Oliveira Dutra
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco
Fundação Joaquim Nabuco

À querida colega Carla Pinheiro (“Vovó”),
pelos ensinamentos, exemplo e estímulo diários
na difícil tarefa da gestão pública da cultura.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por me permitir concluir mais esta etapa.

À minha família, por apoiar as minhas escolhas. Em especial, agradeço aos meus pais pelo amor e incentivo incondicionais.

A Geo, pelo amor e companheirismo.

Ao meu orientador Diogo Helal, pela tranquilidade e atenção com que me acompanhou no processo de escrita deste trabalho.

À querida mestra Isaura Botelho, pelos ensinamentos e carinho demonstrados no decorrer do curso, e pelas importantes contribuições durante a qualificação.

Ao Secretário de Cultura da Bahia, professor Albino Rubim, agradeço pela oportunidade de participar desta especialização e o parabênzo por acreditar e investir na formação dos gestores culturais.

À Assessoria de Formação em Cultura (Laura Bezerra, Henrique Andrade e equipe), pela interlocução e acompanhamento fundamentais durante todo o processo.

À SUPROCULT, nas pessoas do superintendente Carlos Paiva e da diretora de fomento à cultura Verônica Aquino, pelo incentivo e suporte necessários para minha participação neste curso.

Um obrigado especial a todas as equipes de editais da SecultBA, em especial, à minha equipe direta que está/esteve comigo durante este ano (Amélia, Zaine, Cleriston, Naiara e Jeânderson), pois cotidianamente me ensina a ser um gestor melhor e por manter a Coordenação em pleno funcionamento durante as minhas semanas de ausência.

À colega Neuza Britto, por ter fornecido informações fundamentais para o enriquecimento desta monografia.

Aos professores Paulo Miguez e Isaura Botelho, coordenadores do Curso de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, pela disponibilidade de escuta e pela sensibilidade. Agradeço também aos funcionários Jeilson Barreto e Antonio Ruibaldo pelo suporte constante.

A todos os professores que compartilharam com a turma seus conhecimentos e dividiram experiências de forma tão generosa.

Agradeço à FUNDAJ, ao MinC e à UFBA, pela parceria e financiamento que possibilitaram a realização desta importante (e necessária) formação dos gestores culturais do Nordeste.

Por fim, mas não por último, a minha gratidão aos colegas da especialização (alguns se tornaram verdadeiros amigos) por contribuírem de maneira fundamental para esta formação, dividindo conquistas, dificuldades e desafios da gestão cultural brasileira.

SANTOS, Vagner J. R. **O Clique Fomento e a gestão dos Editais do Fundo de Cultura da Bahia**. 51 f. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

Esta monografia buscou analisar a utilização de um sistema *online* (módulo Clique Fomento) na gestão das seleções públicas do Fundo de Cultura da Bahia - FCBA. A partir de uma pesquisa descritivo-propositiva, este trabalho apresenta propostas de melhoria para o Clique Fomento, além de expor o *modus operandi* dessa ferramenta de gestão dos editais. Utilizando dados primários e secundários, a análise investigou ainda o modelo de gestão compartilhada do FCBA e as estratégias utilizadas na democratização do acesso ao fomento cultural. O trabalho sinaliza para a necessidade de implementação de uma metodologia de avaliação e monitoramento do Clique Fomento, de modo a tornar cada vez mais democrático o financiamento cultural através dos editais do FCBA.

Palavras-chave: Clique Fomento. Editais. Gestão Cultural. Fundo de Cultura da Bahia.

SUMÁRIO

	Introdução	7
1	Financiamento da cultura no Brasil e na Bahia	10
1.1	Breve panorama das políticas públicas de cultura no Brasil	10
1.2	A Secretaria de Cultura da Bahia e seus mecanismos de financiamento	15
1.3	Histórico do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA)	21
2	Gestão do FCBA	26
2.1	Modelo de gestão compartilhada	26
2.2	Clique Fomento: Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura	29
2.3	Democratização do acesso ao fomento	33
3	Avaliação do Clique Fomento	37
3.1	Impactos do sistema na gestão dos editais	37
3.2	Limitações e desafios do Clique Fomento	41
3.3	Propostas de melhoria	45
	Considerações Finais	46
	Referências Bibliográficas	49

Introdução

O surgimento do Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – SIIC, em dezembro de 2012, e a minha chegada à Coordenação de Editais em janeiro de 2013, foram fatores preponderantes na escolha dessa temática como Trabalho de Conclusão de Curso. O módulo Clique Fomento, do SIIC, foi criado – entre outros fatores – porque o processo de democratização do acesso ao fomento, através dos editais do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), proporcionou um incremento muito significativo na tramitação das propostas do FCBA, aumentando significativamente a quantidade de projetos inscritos e aprovados.

De antemão, utilizando o conceito antropológico de “nativo”, assumo aqui as implicações de um estudo que dialoga com duas perspectivas distintas: a visão do coordenador de editais (“nativo”) guiando o pesquisador pelo ambiente da familiaridade e a visão do pesquisador refletindo sobre o contexto vivido. Deste difícil diálogo, busquei desenvolver um trabalho coerente, atento para as nuances, capaz de propor uma reflexão e possíveis melhorias na rotina diária dos profissionais que trabalham com os editais do FCBA.

A decisão desta pesquisa surge também como uma forma de avaliar o trabalho realizado pela equipe de editais da Secretaria de Cultura da Bahia (SecultBA), tornando-se um momento oportuno de integração teoria-prática. Além disso, os estudos sobre financiamento à cultura no Brasil concentram-se fortemente na análise das políticas culturais de financiamento, havendo certa escassez de trabalhos com uma abordagem prática da gestão desses instrumentos de fomento.

Neste sentido, apesar de ser um trabalho de natureza prática e aplicada, não tenho o objetivo de descrever pura e simplesmente as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Editais da SecultBA e a utilização do sistema *online*, na gestão dos processos seletivos do FCBA. Como o objeto deste trabalho tem um caráter empírico, a partir de uma abordagem científica, pretendo também apontar possíveis soluções para problemas do ambiente de trabalho.

Para isso, fiz um recorte temporal para viabilizar a realização do trabalho, através de uma pesquisa descritivo-propositiva e utilizando dados primários e secundários como suporte metodológico. Os dados primários foram obtidos a partir de

um roteiro de observação do trabalho realizado pelas equipes de editais das unidades executoras da Secretaria, com o objetivo de atender às necessidades específicas deste trabalho. Os dados secundários – números, gráficos e tabelas – já haviam sido sistematizados pela SecultBA (SUPROCULT) para utilização em relatórios, publicações, etc., e foram analisados de maneira quantitativa e qualitativa. Além disso, realizei uma entrevista por e-mail com a servidora responsável pelo acompanhamento e implementação do SIIC.

A partir da abordagem proposta, espero que este trabalho possa contribuir no aperfeiçoamento das políticas públicas de cultura da Bahia, já que a relevância deste trabalho consiste em propor sugestões para uma melhor utilização do Clique Fomento na gestão dos editais do FCBA. Como a pesquisa tem um caráter descritivo-propositivo, espero que as propostas de melhoria aqui apresentadas possam ser utilizadas pela SecultBA para o aprimoramento do sistema. Acredito também que a pesquisa será importante para a comunidade cultural baiana, pois o aperfeiçoamento deste módulo do SIIC trará benefícios para os proponentes que utilizam esta plataforma para apresentar suas propostas culturais.

A realização desta pesquisa se justifica ainda pelo fato de que, com algumas exceções, os trabalhos acadêmicos sobre financiamento cultural focam prioritariamente numa análise macro dos mecanismos de fomento, não analisando o *modus operandi* das ferramentas utilizadas por estes mecanismos, como é o caso do Clique Fomento. Sendo assim, o trabalho desenvolvido é uma oportunidade de colaborar com as pesquisas acadêmicas que trabalham com temas correlatos, utilizando o modelo adotado pela SecultBA para essa discussão.

O resultado do trabalho foi dividido em três capítulos, que seguem a seguinte estrutura. No primeiro capítulo, apresento um breve cenário das recentes políticas de cultura no Brasil, focalizando no trabalho desenvolvido pela SecultBA através dos seus mecanismos de fomento cultural, em especial o FCBA. O capítulo 2 lança um olhar mais aprofundado sobre a gestão do FCBA, ao analisar seu modelo de gestão compartilhada, o surgimento do sistema *online* para inscrição, avaliação e acompanhamento das propostas apresentadas pela sociedade civil, demonstrando assim

como o FCBA colabora de maneira preponderante na democratização do acesso aos recursos disponibilizados anualmente.

Por fim, no terceiro e último capítulo, proponho uma avaliação do Clique Fomento, buscando compreender quais os impactos do sistema na gestão dos editais do FCBA. O capítulo discorre ainda sobre as limitações do Clique Fomento e os desafios que se apresentam para uma otimização desta ferramenta de gestão, além de elencar algumas propostas de melhoria para aperfeiçoamento do sistema. Sendo assim, espero que ao longo do trabalho seja possível acompanhar o caminho escolhido por mim para tratar de um tema tão importante para tantos gestores, artistas, produtores e demais pessoas envolvidas com a produção cultural na Bahia.

1. Financiamento da cultura no Brasil e na Bahia

1.1 Breve panorama das políticas públicas de cultura no Brasil

Um dos principais dilemas das políticas culturais no Brasil atual é superar as sequelas do que Albino Rubim (2007) chama de três tristes tradições: ausências, autoritarismos e instabilidades¹. As políticas públicas de cultura no Brasil ganharam destaque a partir de 2003, com Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC). Neste trabalho, optei pela concepção de política pública utilizada por Rubim (2011), que as definem como as políticas nas quais o público é sujeito atuante no debate democrático e participante dos processos deliberativos. Em função do objeto do trabalho, irei focar a análise nas políticas públicas de cultura voltadas apenas ao fomento, incentivo e financiamento.

A gestão da cultura no governo Lula (Gil/Juca) buscou enfrentar essas tradições a partir de uma postura ativa do Estado, através do alargamento do conceito de cultura, dito “antropológico” (GIL, 2003, p. 10, 22, 44 e 45), ampliação do orçamento da pasta e proposição do Plano Nacional de Cultura – PNC e Sistema Nacional de Cultura - SNC. Para tanto, o ministério realizou vários seminários, consultas públicas, conferências, etc., além de criar conselhos, câmaras setoriais e grupos de trabalho que garantissem a participação da sociedade civil nos programas do MinC.

No contexto da década de 2000, as ações do Ministério da Cultura buscaram construir uma concepção de cultura mais ampla, que, por um lado, visou incorporar as reivindicações dos vários segmentos da sociedade civil, e, por outro, houve uma valorização da noção de “economia da cultura”, buscando uma maior aproximação das dimensões de cultura e de economia. (ALVES, 2012, p. 2).²

¹ Para mais informações sobre essas três tristes tradições, consultar RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Panorama das Políticas Culturais no Brasil: Práticas e Análises**. (Coleção cultura é o quê?, v. 6). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, 2012.

² Comentarei um pouco mais sobre a questão da economia da cultura no tópico 2.3 Democratização do acesso ao fomento.

Contudo, esse entendimento ampliado do que é cultura implica em uma reafirmação constante do que o governo entende como cultura, pois fazer política pública de cultura é fazer escolhas, não é agradar a todos. Sendo assim, é fundamental formular prioridades para as políticas públicas do setor, privilegiando a cidadania e os direitos culturais.

Como bem pontuou Anita Simis (2007),

(...) mesmo mantendo as leis de incentivo (inclusive a Lei do Audiovisual), sem dúvida, com o governo Lula, assistimos a uma mudança significativa na política cultural. Pensando em cidadania, passou a se levar em conta a *diferença* como característica dos homens enquanto indivíduos, mas em que todos, sem distinção, tenham direito aos benefícios, pois enquanto cidadãos, todos *são iguais*, ao menos perante a lei e com relação a certos direitos estabelecidos como fundamentais. E neste sentido, foram abertas formas de expressão cultural que estavam sufocadas ou desassistidas. (2007, p. 11).

Como dito anteriormente, outro importante desafio das políticas culturais passa pelo aumento no orçamento do MinC e exige repensar o financiamento cultural do país. Sobre a ampliação dos recursos para a cultura, Layno Sampaio Pedra (2013) salienta que

Outra importante ação iniciada no Governo Lula foi a apresentação do Projeto de Emenda à Constituição nº 150. A PEC 150 poderá ser um dos feitos mais importantes para a cultura no Brasil. A proposta estabelece uma dotação orçamentária para a Cultura de, pelo menos, 2% dos impostos federais, 1,5% dos impostos estaduais e distritais e 1% da arrecadação de impostos municipais. No entanto, a vinculação de recursos nem sempre é bem vista pelos gestores públicos e a PEC continua em tramitação no Congresso Nacional. (2013, p. 45)

Além disso, a proposta de revisão da Lei Rouanet, aprimorada através de consulta pública, foi outro avanço da sociedade civil nos mecanismos de fomento à cultura. As principais mudanças na proposta de alteração da lei dizem respeito às

modalidades de apoio (doação incentivada, patrocínio incentivado, ou doação e patrocínio incentivados para projetos específicos) e aos percentuais de dedução³.

Já a mudança fundamental proposta para o Fundo Nacional de Cultura - FNC prevê a sua definição como principal mecanismo de financiamento cultural, ao contrário do que acontece atualmente com as leis de incentivo fiscal ocupando a centralidade das políticas de fomento, seguindo uma lógica mercadológica e minimizando o papel do Estado na cultura. Ao destinar a maior parte dos recursos para os fundos de cultura, esse Projeto de Lei favorece a diversidade cultural do Brasil.

A criação de editais foi uma prática adotada pelo MinC, a partir do governo Lula, para apoiar projetos culturais com recursos do FNC. Se durante a gestão do ministro Francisco Weffort (governo FHC), as leis de incentivo ocuparam o lugar das políticas culturais e a cultura era vista como “um bom negócio”, na gestão de Gil (governo Lula), há uma preocupação com a utilização dos recursos do FNC.

[...] o Fundo Nacional de Cultura apresenta dois comportamentos distintos nas gestões de Weffort e Gilberto Gil: entre 1995 e 2002, a tendência a ser trabalhado como sobra orçamentária, pela discrepância de seu volume em relação aos recursos incentivados. Já entre 2003 e 2007, o FNC passa a ser pensado como política redistributiva, com grande aumento de recursos e, especialmente, conteúdo programático na forma de políticas públicas orientadas (DOMINGUES; SOUZA, 2009, p. 4-5).

Entendo que na formulação de uma política pública de cultura é fundamental trabalhar com a dimensão antropológica da cultura, sempre atento aos limites do seu campo de atuação. Segundo Isaura Botelho (2001), “para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos.” (2001, p. 74).

A pesquisadora observa ainda que

³ Para as modalidades de doações incentivadas e doação e patrocínio incentivados para projetos específicos, as deduções serão de 100%. No caso de patrocínio incentivado, as deduções poderão ser de 30%, 50% ou 100%, definido no processo de avaliação do projeto. Prevê ainda que não será permitida a dedução de 100% para projetos com a marca do patrocinador em seu nome. Até este momento, a proposta de reforma da Lei Rouanet ainda está em tramitação no Congresso Nacional.

De qualquer forma, uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que “cultura é tudo” não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática. Por isso mesmo, torna-se imprescindível reconhecer os limites do campo de atuação, de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções. (BOTELHO, 2001, p. 75-76).

Outro dilema das políticas culturais contemporâneas passa pela qualificação e profissionalização do campo cultural, permitindo uma ampliação da infraestrutura da cultura nas esferas federal, estadual e municipal, na tentativa de que a cultura não seja mais vista como acessório, como a “cereja do bolo”. Em verdade, o primeiro passo para transformar esta realidade já foi dado quando em 2003 o MinC propôs novas políticas culturais que reconhecem a importância do diálogo com variados atores do campo cultural, visando a construção de uma cultura cidadã.

“A política deixou o balcão e se tornou pública e cultural, ao formular projetos e incentivar o desenvolvimento cultural, articulando relações dentro e fora do governo, embora essas últimas nem sempre tenham sucesso.” (SIMIS, 2007, p. 12). O desafio que se apresenta para os próximos presidente (a) e ministro (a) da Cultura é dar continuidade às políticas culturais implementadas a partir da gestão de Gilberto Gil, além de avançar em alguns pontos, tais como: articulação de políticas culturais com políticas de educação e comunicação, ampliação das políticas transversais, reformulação das políticas de financiamento (Pró-Cultura e FNC), etc.

De acordo com Pedra (2013),

As ações do ministro Gil deram nova visibilidade ao ministério, que passou a ser visto como importante articulador no processo de desenvolvimento do país. Entre os anos de 2003 e 2010, o Ministério realizou inúmeros programas de incentivo à produção cultural, deu atenção à diversidade e à relação entre cultura e tecnologia, propôs políticas de longo prazo, além de propor mudanças na política de financiamento à cultura. (2013, p. 46).

Mas todas essas transformações não podem prescindir uma mudança de mentalidade. As articulações com as pastas da Comunicação e Educação, por exemplo, podem ajudar a conscientizar a população sobre a importância de valorizar a cultura brasileira e sua diversidade não como algo supérfluo, mas como fundamental para o desenvolvimento do país. Enquanto a cultura não for entendida como um direito básico do cidadão, as políticas para o setor não alcançarão a coletividade. Sendo assim, os desafios das políticas culturais são desafios do Brasil à medida que dependem de uma reforma política que garanta uma significativa inclusão social e econômica.

Até mesmo porque, em nível internacional, desde os anos 1970 toda política cultural já deveria reconhecer a cultura como um direito humano fundamental. Segundo Edwin Harvey (2009),

Dicho principio, el de la legitimación pública de la política cultural por la vía del reconocimiento del derecho a la cultura como un derecho humano fundamental, fue ya consagrado a nivel universal, casi 40 años atrás, por la Conferencia Intergubernamental sobre los Aspectos Institucionales, Administrativos y Financieros de las Políticas Culturales, convocada por la UNESCO en 1970. (2009, p. 06).

A presença da UNESCO pautando a cultura no cenário internacional foi importante para as políticas culturais no mundo inteiro, inclusive para o Brasil que vivenciava naquele período o regime militar, com censura sistemática à produção cultural brasileira.

A ditadura também abre-se às dinâmicas advindas do rico contexto internacional, ocasionado pelo conjunto de encontros, realizados pela UNESCO, sobre políticas culturais, em 1970, 1972, 1973, 1975, 1978 e 1982, que repercute na América Latina (SERFATY, 1993) e no Brasil (BOTELHO, 2000, p. 89), possibilitando a renovação das políticas culturais nacionais, mesmo com os limites estabelecidos pela persistência da ditadura. (RUBIM, 2007, p. 21-22).

Outro aspecto que merece atenção diz respeito à gestão pública da cultura que não pode se resumir ao atendimento de demandas cotidianas e deve superar a política de eventos e produtos. Caso contrário, a política cultural será apenas uma intervenção que usa e instrumentaliza a cultura de forma restrita, pontual. Além disso, as políticas públicas de cultura precisam equilibrar os elos da cadeia produtiva, visando superar os gargalos da produção cultural e contemplar a diversidade das expressões culturais brasileiras.

A partir de uma visão democrática, tem sido possível formular políticas culturais que se configuram como políticas públicas de Estado (e não políticas de governo). Somente desta forma poderemos implementar políticas estruturantes para superar as três tristes tradições que marcaram a história do campo cultural brasileiro.

1.2 A Secretaria de Cultura da Bahia e seus mecanismos de financiamento

Antes de abordar os mecanismos de financiamento da Secretaria de Cultura da Bahia, é necessário compreender o contexto do surgimento desta pasta. A história da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) esteve quase sempre atrelada a outras pastas da gestão governamental. Em 1972, a Lei nº 3.095 reorganizou a então Secretaria da Educação e Cultura, criando a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) como órgão da administração centralizada daquela pasta. A FUNCEB “foi pensada por um grupo de pessoas, (...), na Secretaria de Educação e Cultura do Estado, e inspirada na Fundação Cultural de Brasília por ser esta a primeira instituição com essa envergadura” (2004, p. 29). Desde o seu surgimento, a FUNCEB ficou responsável pela administração das bibliotecas, museus e o Teatro Castro Alves (TCA), além de fomentar a política cultural do estado em praticamente todas as linguagens artísticas: artes visuais, audiovisual, dança, literatura, música e teatro.

Em julho de 1987, no governo de Waldir Pires, foi criada pela primeira vez uma secretaria específica para gerir a cultura no estado. De acordo com o portal da SecultBA, “o surgimento deste órgão visava proporcionar autonomia ao segmento da cultura, antes veiculado à função educação, além de abrir um canal mais direto de entendimento com o recém-criado Ministério da Cultura – MinC.” Além de criar a

Secretaria da Cultura, essa Reforma Administrativa alterou também o nome da Fundação Cultural para Fundação das Artes, vinculando esta à estrutura da nova pasta.

Infelizmente, a autonomia da Secretaria durou poucos anos, pois, em 1991, no governo de Antônio Carlos Magalhães, a Lei nº 6.074 modificou a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, acarretando nos seguintes impactos: extinção da Secretaria da Cultura, restabelecimento do nome da Fundação Cultural do Estado da Bahia e retorno da vinculação da cultura à Secretaria da Educação. É importante ressaltar que, neste mesmo período, no âmbito federal, o então presidente Fernando Collor desativou o Ministério da Cultura.

Com a ascensão do presidente Fernando Collor de Mello tem início o chamado “desmanche do Estado” - a determinação neoliberal e globalizada de redução do Estado – e sua respectiva desregulamentação, privatização, livre comércio, concorrência solta, que levou à implosão da máquina das empresas públicas e de diversas instituições do Estado, inclusive o próprio Ministério da Cultura, que voltam a existir na gestão Itamar Franco (1992-1995). (SIMIS, 2007, p. 10).

Em 1995, uma lei estadual sancionou a criação da Secretaria da Cultura e Turismo com objetivo de apoiar a cultura, preservar o patrimônio cultural da Bahia e promover o desenvolvimento do turismo e lazer. A estrutura desta secretaria sofreu modificações a partir de 2002, com a incorporação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB e a transferência do sistema de Arquivos e Bibliotecas Públicas do Estado para a Fundação Pedro Calmon (FPC). Nesse mesmo período, as atividades dos Museus passaram a ser de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

Rubim (2010) destaca, inclusive, como essa trajetória das políticas culturais baianas foi um reflexo da conjuntura nacional.

As tradições baianas no campo das políticas culturais têm reproduzido estas dinâmicas nacionais. Vivemos uma longa ausência de políticas culturais estaduais. A Secretaria Estadual de Cultura foi criada tardiamente na Bahia. Ela surgiu somente depois do final da Ditadura Militar com a eleição de

Waldir Pires, diferente do que aconteceu em outros estados brasileiros. Logo depois, ela foi fechada no terceiro governo Antonio Carlos Magalhães para ser recriada em 1995 pelo governador Paulo Souto como Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). (2010, p. 08).

Durante esse tempo, a associação entre cultura e turismo manteve a primeira à mercê dos interesses, principalmente econômicos, da segunda. Por mais de dez anos, a cultura da Bahia era vista predominantemente como um passaporte para incentivar o turismo no estado. A partir da leitura da dissertação de Taiane Fernandes da Silva (2008), intitulada “Políticas Culturais: A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006”, Pedra (2013) observou que

Por 12 anos (1995-2006) as políticas para a cultura na Bahia foram desenvolvidas pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado. De acordo com Silva (2008), a política adotada, esteve distante da configuração de uma política pública de cultura. As decisões se davam de forma unilateral e vertical, não havia estímulo ao debate e crivo públicos e os recursos foram concentrados na capital e recôncavo. Silva afirma ainda que o Estado utilizou de recursos e instrumentos antidemocráticos para a execução dessas políticas. (2013, p. 61).

Ainda sobre isso, Rubim (2010) ressaltou outro aspecto bastante elucidador da forma como a política cultural baiana era tratada.

Tão grave quanto a reprodução das três tristes tradições das políticas culturais nacionais foi a invenção de algumas peculiaridades baianas nesse campo. Desde a reinstalação da SCT até o recente desmembramento entre cultura e turismo, ela teve sempre o mesmo dirigente, Paulo Gaudenzi. Nestes longos anos, a cultura esteve sempre subordinada aos interesses do turismo, com todos os problemas e distorções que isto ocasionou. (2010, p. 9).

Esta situação só começou a mudar a partir de 2007, no governo de Jaques Wagner, com a criação de uma secretaria autônoma e um entendimento abrangente de cultura como toda criação simbólica do ser humano, o que possibilitou uma nova forma

de conceber e gerir a cultura na Bahia. A recém-criada Secretaria seguiu as mesmas diretrizes da política cultural adotada pelo MinC, no governo Lula. A partir de então, percebe-se uma mudança de paradigma e a cultura passa a ser vista como estratégia de desenvolvimento, não mais como acessório.

Sendo assim, podemos afirmar que a Bahia ganha uma política cultural estruturante a partir de 2007. Foi nesse período que as políticas de cultura do estado passaram por transformações significativas. Tais mudanças desencadeadas a partir de 2007 foram então aprimoradas na gestão de Albino Rubim, à frente da pasta desde 2011. Na atual gestão, a SecultBA adotou como diretriz básica a construção de uma cultura cidadã, que permita a todos o acesso às diversas modalidades de experimentação e fruição culturais, participação na construção da política estadual de cultura e a ampliação da cidadania e dos direitos culturais.

Outras diretrizes da política cultural da SecultBA são: aprofundamento da territorialização da cultura, fortalecimento da institucionalidade cultural, crescimento da economia da cultura, ampliação do diálogo intercultural e o alargamento das transversalidades da cultura. Ainda em 2011, a aprovação da Lei Orgânica da Cultura da Bahia (Lei 12.365 de 30 de novembro de 2011) foi mais um passo importante na concretização dessa política cultural, sempre preocupada com a participação social na gestão pública da cultura. Vale destacar também a recente aprovação do Plano Estadual de Cultura da Bahia (Lei 20.864/2014), em 05 de novembro de 2014 - Dia Nacional da Cultura. O Plano é fundamental para garantir uma maior estabilidade às políticas culturais no estado, já que tem vigência de dez anos e dialoga com o Plano Nacional.

Por ser uma instituição pública, o ambiente contextual da SecultBA é composto por vários fatores externos que afetam indiretamente o funcionamento da organização. O primeiro fator desse ambiente contextual diz respeito às eleições estaduais que definem o governador da Bahia. O governador eleito, por sua vez, escolhe quem será o Secretário de Cultura – dirigente máximo da instituição. Este aspecto político-legal é fundamental para entender o direcionamento que será dado ao setor cultural, bem como o que será priorizado pela política pública de cultura daquele mandato.

Tendo em vista a eleição do candidato Rui Costa (PT) para o próximo governo do Estado (2015-2018) e as propostas apresentadas em seu programa para a área da

cultura, não identifiquei grandes mudanças em relação à atual política cultural desenvolvida pela SecultBA. Abaixo, apresento um quadro resumo sobre a presença da cultura nas Secretarias de Estado da Bahia, desde a década de 1970.

Período	Histórico
1972-1986	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura atrelada à educação (Secretaria de Educação e Cultura); • Criação da FUNCEB (1972).
1987-1990	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma secretaria autônoma (Secretaria de Cultura); • Canal direto de diálogo com o MinC; • Alteração de nomenclatura da FUNCEB para Fundação das Artes.
1991-1994	<ul style="list-style-type: none"> • Extinção da Secretaria de Cultura; • Restabelecimento do nome da FUNCEB; • Retorno da vinculação da cultura à educação (Secretaria de Educação e Cultura).
1995-2006	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura atrelada ao turismo (Secretaria da Cultura e Turismo); • Criação do Fazcultura (1996); • Criação do FCBA (2005).
2007-2014	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma secretaria autônoma (Secretaria de Cultura); • Alinhamento com as políticas culturais do MinC; • Aprovação da Lei Orgânica da Cultura (2011); • Aprovação do Plano Estadual de Cultura (2014).
2015-2018	<p><i>Principais propostas do governo Rui Costa para a cultura*:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Instalar circuitos culturais para levar manifestações e espetáculos por todos os cantos da Bahia; • Dinamizar os centros culturais, recuperar o que for preciso e criar novos centros, oferecendo apoio à criação de centros municipais; • Aumentar recursos para o Fundo de Cultura (FCBA); • Consolidar o Plano Estadual de Cultura, Plano do Livro e da Leitura e a Rede de Formação em Cultura.

* Informações disponíveis em: <<http://atarde.uol.com.br/eleicoes/candidato/governador/rui-costa-dos-santos>>. Acesso em: 13 out. 2014.

Atualmente, a SecultBA administra indiretamente três autarquias: FUNCEB (linguagens artísticas), FPC (bibliotecas, arquivos e memória) e IPAC (patrimônios e museus), além de fazer parte da sua administração direta duas Superintendências: Superintendência de Promoção Cultural (mecanismos de fomento à cultura) e Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sistema Estadual de Cultura, territorialização, pontos de cultura e espaços culturais) e o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI). A SecultBA possui ainda, como órgão vinculado, o Conselho Estadual de Cultura.

No âmbito dos mecanismos de financiamento do Estado, além do FCBA, hoje, as possibilidades de fomento via SecultBA são: Fazcultura (lei estadual de incentivo fiscal), Credifácil Cultura e Credibahia Cultural (programas de crédito cultural gerido pela Desenhahia), Carnaval Ouro Negro e Carnaval Pipoca (programa de apoio ao desfile de blocos de matrizes africanas e apresentação de artistas em trios elétricos independentes, respectivamente), o Programa de Filarmônicas, os Editais da FUNCEB e o Calendário das Artes.

Pedra (2013) sintetiza bem essas possibilidades de fomento criadas e/ou aperfeiçoadas a partir de 2007.

Durante o Governo Wagner outros programas de financiamento foram criados e atualmente a SECULT dispõe de sete instrumentos de fomento, além do Fazcultura e do FCBA, são eles: o Carnaval Ouro Negro, o Carnaval Pipoca, o Credifácil Cultura, o Credibahia Cultural, o Programa de Fomento às Filarmônicas, Editais FUNCEB e o Calendário das Artes. Analisando suas características, podemos classificá-los em: mecanismo de patrocínio através de incentivos fiscais, representado pelo Fazcultura; mecanismos de apoio direto, que inclui o Fundo de Cultura, o Carnaval Ouro Negro, o Carnaval Pipoca, Editais FUNCEB, o Calendário das Artes e o Programa de Fomento às Filarmônicas; e mecanismos de empréstimos reembolsáveis, do qual fazem parte o Credifácil Cultura e o Credibahia Cultural. (PEDRA, 2013, p. 67-68).

Por concentrar o maior volume de recursos, a política de fomento da SecultBA é feita, principalmente, através de dois instrumentos: o Fundo de Cultura do Estado da Bahia, através dos Editais de Cultura, e o Fazcultura. O Fazcultura é uma parceria da Secretaria de Cultura do Estado – SecultBA e da Secretaria da Fazenda – SEFAZ

desenvolvida desde 1996, cujo objetivo é promover ações de patrocínio cultural por meio de renúncia fiscal. O incentivo acontece através do abatimento de 5% a 10% do imposto devido (ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) que a empresa destina para o patrocínio cultural. Do valor total do projeto apoiado, 80% serão abatidos do imposto devido e 20% deverão ser de recursos próprios da empresa patrocinadora⁴.

“Até 2006, o Fazcultura era o principal mecanismo de fomento à cultura no Estado. (...) Em 2005, no seu segundo mandato, Paulo Souto instituiu o segundo mecanismo de financiamento à cultura, o Fundo de Cultura da Bahia – FCBA” (PEDRA, 2013, p. 67). No próximo tópico, abordarei de forma mais detalhada o funcionamento do FCBA, trazendo um breve histórico da sua criação e sua evolução até os dias de hoje.

1.3 Histórico do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA)

Criado em 2005, através da Lei Estadual nº 9.431, o Fundo de Cultura da Bahia-FCBA surge em cumprimento ao termo de adesão do Governo da Bahia ao Sistema Nacional de Cultura. Os recursos do FCBA são oriundos do tesouro estadual, através da antecipação do pagamento de ICMS pelas empresas mantenedoras (pessoas jurídicas estabelecidas no estado da Bahia, contribuintes do ICMS, inscritas no regime normal, que contribuam para a formação e/ou manutenção do FCBA)⁵.

Assim como o Fundo Nacional de Cultura, o FCBA destina recursos a projetos culturais com o objetivo de incentivar e estimular a produção artístico-cultural. No entanto, a lei baiana possui duas grandes diferenças em relação à lei federal: a primeira é que os investimentos do fundo baiano são feitos exclusivamente através de apoio não reembolsável, enquanto a lei

⁴ Para projetos culturais que tenham o nome do patrocinador, 40% do valor total serão abatidos do imposto devido e 60% devem ser oriundos de recursos próprios da empresa. Para mais informações sobre percentuais de abatimento, consultar o Art. 23 do Decreto nº 12.901 de 13 de maio de 2011 [com as alterações feitas pelo Decreto nº 13.948 de 23 de abril de 2012].

⁵ Atualmente, as empresas mantenedoras têm sido a principal fonte de recursos do FCBA, mas a Lei 9.431/2005 prevê também outras receitas para o FCBA, como transferências à conta do Orçamento Geral do Estado, doações e legados, saldos de exercícios anteriores, etc.

federal também permite que sejam feitos empréstimos reembolsáveis; a segunda é que o FCBA permite o custeio total dos projetos aprovados, enquanto o FNC limita o apoio a até 80% do valor. (PEDRA, 2013, p. 78-79).

Para Harvey (2009), o financiamento governamental da cultura e das artes é fator preponderante na consolidação dos direitos culturais em um mundo globalizado. Segundo o pesquisador, a criação dos fundos de cultura é resultado de reuniões e seminários internacionais ocorridos a partir da década de 1980.

Buena parte de estos antecedentes han servido como estímulo para el establecimiento, de fondos e instituciones nacionales de financiación de la cultura, la segunda gran presencia institucional en la materia en pleno siglo XXI, en América del Sur (Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay y Uruguay), Centroamérica (Guatemala), América del Norte (México, Estados Unidos y Canadá) y Caribe (Puerto Rico). Los complementan alrededor de dos decenas de fondos públicos de financiación de la cinematografía, del teatro, de la música, de las artesanías, del libro y de las artes visuales. (HARVEY, 2009, p. 15).

O FCBA visa a incentivar projetos de diversas áreas artísticas e segmentos culturais que, apesar da sua importância e relevância artística, tem baixo apelo mercadológico e, conseqüentemente, dificuldade para obter patrocínio. A seleção de projetos via FCBA está dividida em cinco modalidades: Seleções Públicas através de Editais, Apoio a Projetos Culturais Calendarizados, Apoio à Mobilidade Artístico Cultural, Apoio a Instituições Culturais e Demanda Espontânea⁶.

De acordo com a legislação do FCBA, os benefícios só podem ser concedidos a projeto de natureza estritamente cultural e cujo proponente não esteja inadimplente com a Fazenda Pública Estadual e/ou com prestação de contas de projeto anterior, tenha domicílio no Estado da Bahia, não seja servidor público estadual, membro da Comissão Gerenciadora do Fazcultura ou membro de comissão do FCBA, entre outras vedações⁷.

⁶ Em função do objeto do trabalho, darei uma atenção especial à modalidade de Seleções Públicas através de Editais.

⁷ Para saber todas as vedações relacionadas aos proponentes do FCBA, consultar o Art. 16 do Decreto 14.845 de 28 de novembro de 2013.

O Decreto 14.845 de 28 de novembro de 2013 prevê quatro tipos de comissões para o FCBA. São elas: Comissão Gerenciadora (colegiado responsável pela avaliação das prestações de contas, dos remanejamentos de cronogramas e orçamentos dos projetos realizados com apoio do FCBA e das propostas e pré-seleção de projetos que não tenham sido submetidos a Comissões Temáticas), Comissões Temáticas (colegiados compostos por especialistas na área cultural abrangida pelos atos convocatórios respectivos, responsáveis pela avaliação das propostas e pré-seleção de projetos de acordo com os critérios pré-estabelecidos nos mencionados atos), Comissões Técnicas (colegiados responsáveis pela análise técnica dos projetos em cada área cultural) e Comissão Especial (colegiado responsável pela avaliação das propostas e seleção de projetos culturais oriundos de órgãos ou entidades da Administração Pública, direta ou indireta, estadual ou municipal).

A Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT) é a instância da SecultBA responsável pela gestão do FCBA e Fazculura. “Do total de recursos repassados ao programa, até 5% podem ser destinados ao custeio da sua própria administração, como o pagamento dos membros das comissões avaliadoras.” (PEDRA, 2013, p. 81).

As principais mudanças ocorridas no FCBA aconteceram a partir de 2007, na gestão de Márcio Meirelles. O então Secretário de Cultura afirmou que:

[...] a nova gestão do Estado da Bahia, iniciada em 2007, tomou conhecimento de episódios da gestão anterior, que poderiam representar condutas irregulares dos antecessores administradores públicos na aprovação de projetos culturais, o que levou aquela a exigir a revisão de alguns atos irregulares. Os pareceres técnicos apontavam para vícios nas escolhas de despesas, custeadas pelo Fundo de Cultura, indícios de aumento no número de contratados pelas entidades beneficiadas com recursos públicos e participação de servidores públicos na gestão de entidades, que mantinha projetos aprovados pelo Fundo. (BRITTO; SANTOS, 2009, p. 2).

Os pareceres da Procuradoria Geral do Estado (PGE) apontavam para distorções observadas na utilização dos recursos do FCBA. “Podemos acrescentar ainda que o direcionamento dado ao programa o limitava a apoiar atividades do próprio Governo do Estado e um pequeno grupo de instituições privadas, principalmente através de projetos

de manutenção.” (PEDRA, 2013, p. 83). Até 2007, por exemplo, existiam convênios entre a Secretaria e as suas unidades vinculadas, sendo prática comum direcionar recursos do FCBA para projetos desenvolvidos pelas autarquias da própria SecultBA.

O cenário encontrado pelos novos gestores ao assumir a SecultBA, em 2007, demonstrava certa negligência do Estado no direcionamento das políticas de fomento à cultura.

O então Superintendente de Promoção Cultural da Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, Paulo Henrique de Almeida, em entrevista concedida em fevereiro de 2007, poucos meses depois da transição no governo do estado, afirmava que na cena cultural baiana faltava Estado e Mercado. Estado à medida que o número de bibliotecas, salas de cinema e teatros públicos ainda é reduzido principalmente nas cidades do interior. Além disso, ele lembra que existe também uma carência enorme de apoio público para a formação e qualificação de técnicos, artistas e produtores culturais. A ausência de Mercado é atribuída a um sistema baseado no “favorecimento pessoal e no clientelismo, na informalidade e na chamada lei de Gerson”, que na opinião dele caracterizam um mercado, uma vez que Mercados que funcionam “exigem regras claras, igualdade de oportunidades e concorrência”. Dentro desta realidade, ele acredita que a atual Secretaria de Cultura tem três grandes desafios a serem enfrentados: “aumentar a presença do Estado na cultura, ajudar a constituição de um verdadeiro mercado cultural e ir além, ultrapassando Estado e Mercado, para permitir a ida ao palco de quem nunca saiu da platéia”. Almeida aponta ainda a fórmula do Ministério da Cultura (“nem substituir o mercado, nem ser substituído por ele”) como uma alternativa importante, pois através dessa concepção política é possível “combinar o incentivo às redes colaborativas de produtores de cultura com o patrocínio privado e a ação estratégica do Estado.” (LIMA, 2009, p. 03).

As mudanças na gestão do FCBA puderam ser percebidas desde o primeiro ano de governo Jaques Wagner. Sobre isso, a pesquisadora Hanayana Lima (2009) pontuou, inclusive, que

Segundo dados do site [www.funceb.ba.gov.br] da Secretaria de Cultura da Bahia, em 2007 o número de editais quadruplicou em relação a 2006. 16 editais inéditos foram lançados, atendendo áreas antes não contempladas, como culturas indígenas, culturas populares, desenvolvimento de roteiro para cinema, residência artística no exterior, curadoria de exposição em artes visuais e design. (2009, p. 08).

Atualmente, o FCBA tem uma grande relevância para o fazer artístico-cultural no estado, pois se configura como o mecanismo mais amplo e democrático para o financiamento cultural na Bahia. Ou seja, o FCBA é o principal instrumento de financiamento à cultura no estado. Outra característica importante do FCBA, o que se apresenta como uma singularidade, é que 2/3 do financiamento estatal da cultura baiana é proveniente do Fundo. Ao contrário do que acontece em vários estados brasileiros, na Bahia, o fomento via FCBA é superior ao investimento através da lei de incentivo (Fazcultura).

Outra melhoria na gestão do programa está relacionada à periodicidade no lançamento dos editais do FCBA. Desde 2008, o Conselho Estadual de Cultura – CEC recomendava que o FCBA tivesse um calendário regular de lançamento das seleções públicas, o que tem sido observado nos últimos anos, favorecendo o planejamento da comunidade cultural. Outras recomendações do CEC também foram incorporadas à gestão do FCBA, em especial a partir de 2012, com o surgimento dos editais setoriais e temáticos e com a simplificação na exigência dos documentos obrigatórios para inscrição - mudanças que buscaram diversificar os tipos de projetos apoiados em cada segmento, além de facilitar a apresentação de propostas.

2. Gestão do FCBA

2.1 Modelo de gestão compartilhada

A gestão das seleções públicas (editais) do FCBA é compartilhada com as demais autarquias, órgãos e setores da SecultBA. Todas essas instâncias são chamadas de unidades executoras, responsáveis pela gestão compartilhada, que inclui o acompanhamento da execução dos projetos contemplados nos respectivos editais. Para o ano de 2014, foram lançados 22 Editais Setoriais que são administrados por 07 (sete) instâncias:

- GABINETE: Formação e Qualificação em Cultura, e Culturas Digitais (02 editais);
- SUPROCULT (Superintendência de Promoção Cultural): Demanda Espontânea, Economia Criativa e Projetos Estratégicos em Cultura (03 editais);
- FUNCEB (Fundação Cultural do Estado da Bahia): Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Dança, Literatura, Música, Teatro, e Grupos e Coletivos Culturais (08 editais);
- SUDECULT (Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura): Territórios Culturais e Dinamização de Espaços Culturais (02 editais);
- IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia): Patrimônio Cultural, Arquitetura e Urbanismo, e Museus (02 editais);
- FPC (Fundação Pedro Calmon): Apoio à Publicação de Livros por Editoras Baianas, e Restauração e Digitalização de Acervos Arquivísticos Privados (02 editais);
- CCPI (Centro de Culturas Populares e Identitárias): Culturas Populares (versão padrão e simplificada) ⁸ e Culturas Identitárias (03 editais).

A coordenação geral é realizada pela Coordenação de Editais da SUPROCULT, responsável pelo alinhamento de todos os procedimentos e etapas do processo seletivo,

⁸Atendendo a uma antiga reivindicação dos grupos e manifestações populares e inspirado em modelo já utilizado pelo MinC, o Decreto 14.845/2013 considerou a possibilidade de dispensa de prestação de contas financeiro-contábil para proponentes com hipossuficiência financeira (renda mensal inferior a 2 salários mínimos) e baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto). O edital de Culturas Populares - versão simplificada substituiu também o formulário de apresentação de propostas por um roteiro de perguntas que poderia ser apresentado em meio impresso (preenchido de forma escrita) ou através de CD ou DVD contendo gravação em áudio ou vídeo com as respostas das perguntas do questionário.

sobretudo o conveniamento e acompanhamento do repasse de verba para os projetos selecionados.

Figura 01 – Modelo de gestão compartilhada dos Editais do FCBA



* A Coordenação de Editais da SUPROCULT, além de ser responsável pela coordenação geral, acumula a função de unidade executora, acompanhando a tramitação das propostas apresentadas ao Edital de Projetos Estratégicos em Cultura. Os outros dois editais sob responsabilidade da SUPROCULT são acompanhados pela Coordenação do FCBA (Demanda Espontânea) e Diretoria de Economia da Cultura (Economia Criativa).

Antes de serem apoiadas pelo FCBA, as propostas culturais passam por um processo seletivo que envolve análise prévia, mérito e análise da viabilidade técnica e financeira. Todas essas etapas serão detalhadas no próximo tópico. Os projetos selecionados firmam um Termo de Acordo e Compromisso (TAC) com o Estado referente às atribuições do proponente e concedente, aos gastos e repasses do orçamento, prestação de contas, vigência do projeto, etc.

Em média, o processo seletivo do FCBA (apresentação da proposta até assinatura do TAC) demora cerca de nove meses e envolve todas as unidades executoras, além de equipe de apoio terceirizada. De acordo com Leonardo Brant (2009),

O custo de um edital é muito alto, e sua execução demorada. Envolve investimentos em diagnóstico, contratação de consultores e advogados para a formulação de textos legais, comunicação, estrutura para recebimento e pré-seleção de projetos, comissão avaliadora, publicização de resultados, acompanhamento e gestão de processos. (2009).

De modo geral, cada edital possui um coordenador responsável pelo acompanhamento dos projetos selecionados e relacionamento com os proponentes. Os coordenadores também são responsáveis por monitorar o trabalho de suas equipes, já que conhecem todas as etapas da operação. Sempre que necessário, a SUPROCULT convoca as equipes de editais espalhadas pelas unidades da SecultBA para reuniões de treinamento, alinhamento, avaliação, etc.

Para as Procuradoras do Estado da Bahia Alzemer Britto e Cléia Santos (2009), a gestão do FCBA deve ser societal, visando sempre à valorização e aperfeiçoamento do amplo diálogo entre o Estado e o cidadão.

O fundo de cultura, como um instrumento de atuação do poder público, permite observar um micro-sistema, o qual correlaciona diversos aspectos da organização do Estado, o papel que deve desenvolver, ou seja, de que Estado se fala, a quem este serve, a problemática do modelo de gestão e suas implicações de ordem político-administrativa. (...) O fundo de cultura pode e deve realmente funcionar como uma veia comunicante da sociedade com o Estado, através de uma nova gestão, mas que seja voltada para o fortalecimento da democracia participativa e do cidadão atual. (BRITTO; SANTOS, 2009, p. 3-4).

Neste sentido, a SecultBA costuma realizar consultas públicas para lançamento de novos editais e indicação de membros para composição das Comissões Temáticas. Esse tipo de diálogo com a sociedade civil busca dar continuidade ao processo de democratização do acesso aos mecanismos de fomento. Além disso, a Secretaria também realiza encontros e reuniões com as classes artísticas/segmentos culturais, para discutir programas e buscar melhorias nas ações específicas daquele setor.

No âmbito interno, trabalhar em um modelo de gestão compartilhada não é simples, pois cada unidade executora da SecultBA tem uma cultura institucional que, às vezes, gera atrito e dificulta essa gestão conjunta. Por outro lado, o modelo de gestão adotado permite dar uma unidade ao trabalho, padronizando os procedimentos das equipes em todas as etapas do processo seletivo. A existência de certa constância no

padrão dos editais do FCBA possibilitou, no decorrer dos últimos anos, uma estabilidade nos modelos e procedimentos adotados. Ainda assim, anualmente, é realizada uma análise com todas as equipes de editais para identificar o que pode ser aprimorado para as seleções futuras.

2.2 Clique Fomento: Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura

O Clique Fomento é apenas um dos três módulos do Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC⁹. Os outros dois módulos que compõem o sistema estão relacionados ao cadastro cultural e a pesquisas e estudos sobre cultura. Antes de detalhar as especificidades do módulo Clique Fomento, se faz necessário compreender o histórico que resultou na criação do SIIC.

De acordo com Neuza Britto, assessora da SUPROCULT responsável pelo acompanhamento e implementação do SIIC, no primeiro ano do governo Jaques Wagner (2007), foi identificado que a SecultBA não possuía nenhuma aplicação informatizada nas áreas finalísticas. Havia um Censo Cultural desatualizado e, após avaliação, verificou-se que não valia a pena investir nele, pois o conceito de censo estava ultrapassado e as necessidades já eram outras. Ainda em 2007, durante a II Conferência Estadual de Cultura, houve uma grande demanda por um cadastro cultural (chamado à época de mapeamento cultural). Então, a Secretaria decidiu investir em um sistema informatizado para isso.

Em 2008, a SUPROCULT apresentou duas demandas de informatização: fomento cultural e economia da cultura, mais especificamente para pesquisas e indicadores culturais. Sendo assim, ficou definido que esta Superintendência ficaria responsável pelo cadastro cultural por ser uma boa base para pesquisas. Algumas iniciativas foram tomadas para contratação direta de analista e até uma empresa foi licitada em 2010, mas em dezembro de 2011 o contrato foi rescindido por inexecução.

Ainda em 2009, a SUPROCULT acionou a Cia. de Processamento de Dados do Estado da Bahia (PRODEB) para fazer o termo de referência de contratação para o SIIC. O termo de referência foi elaborado entre 2009 e 2010, a licitação durou um ano e

⁹ Disponível em siic.cultura.ba.gov.br.

em dezembro de 2011 a empresa foi finalmente contratada e começou a trabalhar em janeiro de 2012.

Em novembro de 2011, a Lei 12.365 (Lei Orgânica da Cultura) já estabelecia o SIIC como um impositivo legal. A partir de 2012, dos módulos do SIIC, ficaram disponíveis o Clique Fomento (para inscrições *online*) e o Cadastro Cultural¹⁰ (ainda não autorizada a disponibilização). Atualmente, o módulo de pesquisa está em desenvolvimento. Com um acréscimo no valor do contrato, foi ampliado o escopo inicial do módulo Clique Fomento para incluir alguns procedimentos chaves dos processos do FCBA e Fazcultura¹¹.

Mesmo com a implantação do sistema em dezembro de 2012, os proponentes tinham duas formas de apresentação de propostas aos editais do FCBA: pela internet, através de cadastro no Clique Fomento; ou por meio físico, através de formulário devidamente preenchido, enviado por SEDEX dos Correios (ou serviço similar) para a caixa postal do respectivo edital. Com isso, desde então, todas as propostas enviadas pelos Correios são cadastradas, pela equipe de apoio da SecultBA, de forma simplificada no sistema (preenchimento de informações básicas do proponente e projeto, além de *upload* dos seguintes arquivos: formulário de apresentação da proposta, planilha orçamentária, currículo do proponente e demais anexos gravados no CD pelo proponente).

No primeiro ano de funcionamento (2012/2013), para os Editais Setoriais 2013, o Clique Fomento foi utilizado para a tramitação das propostas até a realização de análise técnica (etapa de avaliação). Deste modo, após o envio pelo sistema ou pelos Correios, todas as propostas seguiram o seguinte fluxo no sistema:

1. Análise Prévia: avaliação da pertinência de enquadramento das propostas e dos proponentes em relação ao edital e à legislação aplicável ao FCBA (as propostas INSCRITAS nesta fase seguem para a próxima etapa)¹²;

¹⁰ Quando o módulo Cadastro Cultural for disponibilizado, as informações dos proponentes do Clique Fomento também serão utilizadas para alimentar o banco de dados deste outro módulo.

¹¹ Apesar de o módulo Clique Fomento ser utilizado para os dois mecanismos de financiamento, focarei a análise no FCBA por ser o objeto deste estudo.

¹² Em todas as etapas do processo de seleção, o proponente que se sentir prejudicado pode entrar com recurso, conforme previsto no regulamento do edital.

2. Análise de Mérito: avaliação das propostas inscritas de acordo com os critérios estabelecidos no edital¹³ (as propostas PRÉ-SELECIONADAS nesta fase seguem para a próxima etapa);
3. Análise Técnica: análise da viabilidade técnica-financeira das propostas pré-selecionadas por profissionais especializados na área.

Depois da conclusão da etapa de avaliação, com o encerramento do trabalho das comissões de análise técnica, as propostas pré-selecionadas seguiram a sua instrução em meio físico, através de processos administrativos. Já este ano, todas as propostas pré-selecionadas nos Editais Setoriais 2014, além de tramitarem fisicamente (processo administrativo), devem também concluir o fluxograma no sistema, que prevê as seguintes etapas após a análise técnica:

4. Envio de comunicado ao proponente para ajustes na proposta e entrega de documentos obrigatórios para assinatura de TAC (no caso das propostas pré-selecionadas que foram enviadas pelos Correios, os proponentes recebem o comunicado por e-mail e devem enviar os ajustes e documentação pelos Correios)¹⁴;
5. (Proponente) Envio da proposta ajustada e dos documentos solicitados para homologação da seleção;
6. Análise dos ajustes e documentos apresentados pelo proponente para aprovação final da proposta;
7. Envio de comunicado ao proponente para assinatura de TAC;
8. (Após assinatura do TAC pelo proponente, Secretário de Cultura e dirigente da unidade executora – quando for o caso) Publicação do TAC no Diário Oficial do Estado e no sistema, com *upload* de uma via escaneada do documento assinado;
9. Preenchimento de informações referente ao desembolso do projeto (pagamento de parcelas);
10. (Proponente) Se necessário, solicitação de termo aditivo ao TAC, remanejamento de recursos, ficha técnica, local de realização, etc.;

¹³ Todos os membros que analisam o mérito das propostas (Comissão Temática) recebem instruções do respectivo coordenador de Comissão (servidor da SecultBA) para realizarem a triagem das propostas, via sistema, previamente às reuniões presenciais de avaliação.

¹⁴ Todas as propostas pré-selecionadas que foram enviadas pelos Correios deverão seguir o mesmo fluxo das demais propostas, sendo constantemente atualizadas no sistema (de maneira simplificada), pelo servidor responsável pelo acompanhamento daquele projeto.

11. Resposta ao proponente e publicação de termo aditivo, se for o caso.

Ainda não está disponível, mas devem ser disponibilizadas futuramente as ações referentes à prestação de contas. Quando isso acontecer, o módulo Clique Fomento abará todas as etapas dos projetos financiados pelo FCBA, da apresentação da proposta à aprovação da prestação de contas final.

De acordo com a tabela abaixo, é possível perceber a quantidade de propostas apresentadas pelos proponentes nos dois últimos processos seletivos. Além de um maior conhecimento público da existência do Clique Fomento em 2014, acredito que o crescimento no número de acessos e envio de propostas pelo SIIC é resultado também de ações como as Oficinas de Orientação à Apresentação de Propostas e o Disque Editais. Detalharei melhor essas ações no tópico a seguir.

Ano	Propostas - SIIC	Propostas - Correios
2013	1067	1914
2014	1722	1269
TOTAL	2789	3183

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

O grande número de propostas apresentadas nos últimos anos deve-se também à implantação de uma dinâmica de editais por setores culturais, em substituição aos editais temáticos em setores específicos. Antes, por exemplo, existia um edital para montagem de espetáculos de dança e outro edital para circulação de espetáculos de dança. A partir de 2012, ao invés de lançar dois editais distintos para a área de dança, foi lançado um único edital para a linguagem (Edital Setorial de Dança), possibilitando assim que os proponentes tivessem maior liberdade para propor projetos, não se restringindo apenas a propostas de circulação e montagem, por exemplo.

Com isso, a SecultBA alargou a abrangência dos editais, ampliou as oportunidades oferecidas e favoreceu o equilíbrio entre os elos da rede produtiva de cada setor cultural (criação, produção, difusão/circulação, formação, pesquisa e memória). Medidas como esta tornaram mais republicanos e transparentes os

procedimentos das seleções através do FCBA, democratizando o acesso a recursos públicos para projetos em diversos segmentos culturais na Bahia.

2.3 Democratização do acesso ao fomento

O financiamento público da cultura é um pressuposto básico para fomentar a economia da cultura e requer sensibilidade dos gestores públicos para disponibilizar instrumentos diferenciados que atendam à complexidade do fazer cultural. Para favorecer essa diversidade e contemplar propostas que não se enquadram nas leis de incentivo fiscal, o FCBA buscou democratizar o acesso ao fomento através das seleções públicas que, ao contrário de outras modalidades de financiamento, não são limitadas pela lógica do mercado.

No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. (SIMIS, 2007, p. 03).

Historicamente, no Brasil, o acesso aos bens e produtos culturais sempre foi restrito a uma pequena parcela da população. Em se tratando de acesso a um instrumento público de financiamento cultural, no caso do FCBA, desde o surgimento do mecanismo (2005) até agora, percebe-se um avanço muito significativo e um esforço constante, na tentativa de transformá-lo em um instrumento cada vez mais democrático. Ainda assim, a transparência do processo seletivo dos editais e a ampla possibilidade de participação social não podem ser vistas como a única solução para a questão da produção/fruição cultural dos baianos, já que a cultura deve ser um direito de todos. A respeito disso, Pedra (2013) observou que

O edital se tornou a principal modalidade de seleção de projetos do FCBA. Esse modelo talvez tenha sido a melhor forma encontrada pela SECULT para tornar mais transparente o processo de escolha das propostas e permitir

a todos a oportunidade de participar em condições de igualdade. (...) O edital é um instrumento muito eficiente, mas não pode se transformar em solução generalizada. (PEDRA, 2013, p. 91)

Nesse sentido, ao falar sobre democratização do acesso ao fomento cultural, é preciso ressaltar que o financiamento é apenas um instrumento de política cultural. A cultura, pelo seu caráter transversal, tem um papel estratégico no desenvolvimento sustentável da sociedade a partir do momento em que pode contribuir com diversos setores, como a educação, a segurança pública, a comunicação, etc.

(...) o financiamento da cultura não pode ser analisado independentemente das políticas culturais. São elas que devem determinar as formas mais adequadas para serem atingidos os objetivos almejados, ou seja, o financiamento é determinado pela política e não o contrário. (BOTELHO, 2001, p. 77).

Como já dito anteriormente, uma das diretrizes da atual gestão da SecultBA é o crescimento da economia da cultura. Uma política cultural preocupada com o desenvolvimento social das pessoas precisa estar atenta ao potencial econômico da cultura. A relação entre os dois campos (economia e cultura) fez com que, a partir dos anos 1960, houvesse uma ampliação da economia da arte para economia da cultura, já que a economia criativa está inserida na economia da cultura.

A cultura tem um papel tão importante nas relações econômicas que o ex-ministro da Cultura da França, Jack Lang, já previa um cenário futuro no qual as batalhas da economia seriam travadas no campo da cultura (*apud*. MIGUEZ, 2011, p. 06). “O fato é que as mudanças no âmbito de formulação de políticas públicas de cultura na esfera federal têm ido no sentido de consolidar uma visão de cultura como vinculada ao desenvolvimento econômico.” (ALVES, 2012, p. 10). Os editais do FCBA são um dos exemplos da relação direta entre esses campos, através de uma intervenção do Estado. Ao promover a diversidade cultural, as seleções públicas do FCBA fortalecem a economia da cultura sem subordinar o campo cultural à lógica mercadológica que, obviamente, é uma das muitas potencialidades da cultura.

Num estado com a extensão territorial da Bahia, com 417 municípios, uma das formas encontradas para que todos os artistas, produtores e gestores baianos pudessem apresentar propostas aos editais do FCBA foi a implantação do sistema *online*. Desde 2007, a SecultBA, através da FUNCEB, já realizava dezenas de Workshops de Elaboração de Projetos Culturais em todos os Territórios de Identidade da Bahia, visando a capacitar a comunidade cultural para participar em editais e processos de seleção de apoio e patrocínio culturais.

A partir de 2012, com a implantação do SIIC, as Oficinas de Orientação à Apresentação de Propostas nos Editais Setoriais do FCBA, organizadas pela SUPROCULT, incluíram na sua metodologia informações sobre como acessar o sistema para enviar uma proposta cultural. Somente na última edição (Editais Setoriais 2014), foram realizadas 226 oficinas que capacitaram 2980 agentes culturais em todo o estado.

Outra ferramenta encontrada para facilitar o acesso dos proponentes foi o Disque Editais. O serviço de atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas sobre inscrição de projetos nos editais do FCBA foi disponibilizado pela primeira vez em 2013. A experiência foi tão exitosa que no ano seguinte o serviço foi oferecido durante um período de tempo maior, auxiliando os interessados sobre a utilização do Clique Fomento, preenchimento do formulário, prazos, documentos, etc.

Todos esses esforços refletiram no crescimento gradativo de propostas submetidas às seleções públicas do FCBA. Conforme tabela abaixo, o aumento crescente na quantidade de projetos inscritos e aprovados demonstra como a democratização do acesso ao fomento cultural praticamente exigiu a implementação de um sistema informatizado de inscrição e acompanhamento das propostas apresentadas aos editais do FCBA. A tabela explicita ainda o crescimento gradativo dos investimentos via FCBA, demonstrando a evolução do programa desde a sua criação (2005) até o ano corrente.

Ano	Projetos Inscritos	Projetos Selecionados	Investimento (R\$)
2005	(sem dados)	30	7.600.000,00
2006	147	40	15.310.000,00
2007	1148	178	10.560.000,00
2008	1717	104	16.070.000,00
2009	1150	274	20.050.000,00
2010	693	389	22.120.000,00
2011	838	217	24.120.000,00
2012	2364	379	30.070.000,00
2013	2889	363	30.800.000,00
2014	2954	396	31.030.000,00
TOTAL	13900	2370	207.730.000,00

Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

3. Avaliação do Clique Fomento

3.1 Impactos do sistema na gestão dos editais

Como já visto, o módulo Clique Fomento foi planejado no SIIC para atender as seguintes etapas das seleções públicas do FCBA: inscrição, avaliação, conveniamento e prestação de contas dos projetos apoiados. Em função do aumento expressivo na quantidade de projetos inscritos e aprovados, o sistema busca trazer mais eficiência e controle na gestão dos editais, facilitando o acompanhamento das propostas.

Sendo assim, nos últimos anos, passou a ser ineficiente trabalhar exclusivamente em meio físico e o risco de perda de controle só fazia aumentar. Para a servidora Neuza Britto, as principais vantagens estão:

i) do ponto de vista dos proponentes: redução da margem de erro no preenchimento de propostas, no acompanhamento da tramitação e na interação mais rápida com a SecultBA;

ii) do ponto de vista do Estado: redução do custo e do tempo dos processos, na maior rapidez de acesso a informações e na maior credibilidade do processo seletivo.

Um dos princípios orientadores da Lei Orgânica da Cultura da Bahia, aprovada em 2011, diz respeito à “participação e controle social na formulação, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e ações da política cultural”. Sendo assim, acho imprescindível que a SecultBA realize, por exemplo, uma consulta pública para que a sociedade civil possa opinar sobre o Clique Fomento, propondo melhorias para o aperfeiçoamento do sistema. É necessário um esforço constante para que as políticas culturais, em especial as relacionadas à área de fomento, sejam efetivadas de forma democrática.

Cátia W. Lubambo e Maria Lia C. de Araújo (2003) apontam para a necessidade de avaliação dos programas sociais.

Alvos de atenções e debates, ao menos entre os gestores de políticas públicas, o acompanhamento sistemático e a avaliação das ações passaram a significar instrumentos imprescindíveis para a validação, o redirecionamento ou mesmo a reformulação de projetos e atividades. (...) a importância da avaliação, com fundamento em um pressuposto básico: a constatação da

natureza cíclica da condução de um programa ou política - formulação, implementação e avaliação -, na qual a avaliação expressa a função *retroalimentadora* e de *complementaridade* do processo. (LUBAMBO; ARAÚJO, 2003, p. 03).

Barros (2007) também sinaliza para a natureza cíclica da avaliação, à medida que se constroem metodologias de avaliação.

Há uma circularidade entre produção e utilização de informações no campo cultural. Tanto a produção de informações é pré-condição para a prática de avaliações, quanto a definição de modelos avaliativos adequados à singularidade da cultura e ao papel emancipatório, é condição para se alimentar bancos de dados. (BARROS, 2007, p. 01).

Ainda de acordo com Barros (2007), “avaliação é um modelo de pesquisa aplicada, e só como tal pode realizar sua função. Avaliação desconectada de processos de decisão, não passa de um rito autorreferente e inócuo” (p. 02). Sendo assim, o processo de avaliação precisa ultrapassar o seu potencial retórico e se traduzir em melhorias efetivas na gestão de um programa como o FCBA. Ao mesmo tempo em que se apresenta como uma inovação necessária para otimizar um trabalho já estabelecido, o Clique Fomento requer um aprendizado constante e exige uma mudança de mentalidade.

As unidades executoras que já trabalhavam com os editais antes da implementação do SIIC parecem ter mais resistência à utilização/atualização do sistema. Talvez a cultura institucional arraigada em determinadas unidades dificulte a incorporação desta nova ferramenta de gestão, pois algumas delas se apresentam mais conservadoras neste processo de transição do projeto físico à proposta *online*. Também por isso acho fundamental que sejam realizadas reuniões periódicas de avaliação do Clique Fomento pelos servidores que operam o sistema. Atualmente, as reuniões de equipe relacionadas ao SIIC tem como pauta quase exclusiva o treinamento dos servidores para operacionalização do sistema.

Neste período em que estou à frente da Coordenação de Editais, observo que para algumas unidades executoras o sistema se apresenta como uma sobrecarga de

trabalho, já que os procedimentos não estão todos informatizados e, não raras vezes, é necessário replicar o trabalho em meio físico e digital. No caso dos editais do FCBA, um dos efeitos colaterais da ampliação do acesso ao fomento é que a equipe reduzida da SecultBA tem um volume muito grande de processos para gerenciar administrativamente, e isso compromete a qualidade no acompanhamento da execução dos projetos. Nesse contexto, o sistema se apresenta como mais uma tarefa a ser executada na já sobrecarregada rotina diária.

Contudo, os avanços propiciados pelo sistema são inquestionáveis e trouxeram um impacto positivo na gestão dos editais. De 2007 a 2011, fui servidor da FUNCEB e tive a oportunidade de trabalhar com os editais durante este período. Naquela época, além da inexperiência da equipe, já que os editais era uma prática recente, o controle e processamento das propostas recebidas se davam de forma manual e/ou de maneira bem incipiente através de várias tabelas e planilhas que precisavam ser atualizadas periodicamente.

Agora, com o sistema, é possível emitir rapidamente um relatório e saber, por exemplo, quantas propostas foram selecionadas no Território do Recôncavo e o valor total direcionado àquela região através dos projetos do FCBA. A etapa da triagem, realizada *online* pelos membros das Comissões Temáticas, tem otimizado bastante o trabalho das comissões durante as reuniões presenciais. Pelo SIIC, é possível acompanhar o trabalho das unidades executoras na atualização das propostas, para cumprimento dos prazos estabelecidos. As vantagens são tantas que darei mais alguns exemplos relacionados às etapas do processo seletivo e realização dos projetos contemplados nos editais do FCBA:

1. Envio da proposta e dos documentos obrigatórios sem custo ao proponente com Sedex ou serviço similar de entrega (etapas de apresentação da proposta, homologação da seleção e assinatura de TAC);
2. Emissão de relatório consolidado por situação da proposta (ex.: inscrita, não inscrita, aprovada, etc.), pelas unidades executoras, para publicação do resultado no Diário Oficial do Estado (etapas de análise prévia e pré-seleção);

3. Fácil acesso do proponente à uma via escaneada do TAC e/ou aditivos assinados e publicados (etapa de execução da proposta);
4. Acompanhamento pelas unidades executoras das solicitações do proponente para remanejamentos diversos e/ou termos aditivos (etapa de execução da proposta), entre outras vantagens.

Por todo o exposto, um monitoramento sistemático dos impactos do SIIC na gestão dos editais é fundamental para que a avaliação avance para além dos exemplos empíricos citados acima, transformando-se em um mecanismo de controle social capaz de ser assimilado na rotina da gestão das seleções públicas do FCBA. Até porque a operacionalização da cultura no campo das políticas públicas exige uma capacidade de avaliação e monitoramento que se configure em uma ferramenta de Estado, não de governo.

A questão que emerge, no caso específico do Brasil, é a de saber como tornar a avaliação um princípio de gestão pública em tempos que se reconhece a urgência e a legitimidade de ações que promovem, de forma ampla e horizontal, a inclusão de grande parte da população, até então excluída das políticas públicas de cultura. Como articular o tempo político da inclusão com o tempo e as práticas de análise crítica? Como não limitar a avaliação a rápidas análises de conjuntura ou acompanhamento de processo? (BARROS, 2007, p. 02).

Mesmo acreditando que, de modo geral, a avaliação da comunidade cultural baiana sobre o Clique Fomento seja positiva, sugiro que seja desenvolvida uma metodologia de avaliação que permita aos proponentes emitirem sua opinião sobre o sistema. Em contrapartida, além de um processo de avaliação interno, exige-se uma disposição e capacitação dos gestores para ajustar possíveis desvios, a partir dos resultados obtidos através da participação social.

Em resumo, as novas idéias e práticas convergem no sentido de apontar a comunidade, ao mesmo tempo, como *foco* e como ator da *gestão* dos programas públicos, exigindo de um lado, técnicas específicas para análise da satisfação dos usuários e, de outro, estratégias participativas de modo a

responder sobre a virtualidade democrática requerida. (LUBAMBO; ARAÚJO, 2003, p. 13).

Como bem constatou Barros (2007), pensar em avaliação no setor cultural brasileiro significaria também uma avaliação do próprio setor cultural, garantindo a avaliação simultânea de sujeitos e objetos. O pesquisador salienta ainda que pensar em uma cultura da avaliação é tão importante quanto pensar nas metodologias de avaliação. Sendo assim, corroboro com o mesmo pensamento de Barros (2007) que,

Ao defender uma cultura da avaliação, com todos os cuidados e radicalidades necessárias, penso ser necessário considerar que, como prática metodológica e política, a avaliação não deve se furtar ao complexo mas necessário embate com a questão da diversidade. Ou seja, com a realidade de que ações, projetos, programas e políticas culturais são mobilizados por sujeitos e instituições que possuem valores culturais que tanto têm o sentido da universalidade, quanto são a expressão de singularidades. (2007, p. 06-07).

Apesar de todos os limites da gestão pública baiana - e brasileira, a avaliação de uma ferramenta de gestão como o SIIC (módulo Clique Fomento) poderá apontar para a efetividade do programa do FCBA na melhoria da qualidade de vida dos agentes culturais diretamente atingidos. Pela experiência com os editais nos últimos 08 anos, a SecultBA tem competência para realizar isso em diálogo com a sociedade, pois a capacidade de avaliação e monitoramento também é uma questão de governabilidade.

3.2 Limitações e desafios do Clique Fomento

Pretendo neste tópico abordar algumas limitações e desafios que envolvem o módulo Clique Fomento. Antes de discorrer sobre o assunto, ressalto que devem existir outros entraves relacionados à utilização do sistema que não serão tratados por mim. Procurei focar naqueles aspectos que me parecem ser os mais recorrentes, ainda que não identifique uma solução imediata. O critério escolhido para a utilização deste recorte foi identificado, principalmente, a partir da observação das reclamações trazidas pelas unidades executoras.

A meu ver, a primeira limitação que se impõe ao Clique Fomento não está relacionada ao funcionamento do sistema em si, mas diz respeito à estrutura de acesso à internet disponível nos imóveis que sediam a SecultBA. A maior parte das autarquias e a própria sede da Secretaria estão instaladas em casarões, sobrados e palácios do Centro Histórico de Salvador – imóveis antigos e tombados pelo IPHAN. Em razão desta peculiaridade, as estruturas de rede são relativamente precárias, pois não é possível realizar intervenções estruturais nos referidos imóveis. Com isso, em vários momentos, em especial nos de maior tráfego (a exemplo do período de apresentação de propostas), muitas unidades tem dificuldade para realizar ações no sistema e, às vezes, precisam refazer todo o trabalho. A demora no processamento de uma ação acaba ocasionando em “erro” no Clique Fomento, que não salva as alterações solicitadas, em função da lentidão da internet somada ao grande volume de acessos.

No contexto do FCBA, o Clique Fomento representa uma ferramenta muito útil na gestão dos editais. Entretanto, as seleções públicas do FCBA, enquanto um mecanismo de financiamento cultural, abarcam um fluxo que se inicia na apresentação da proposta cultural e só termina com a aprovação da prestação de contas final. Ou seja, o Clique Fomento é um dos elos da gestão do FCBA, tendo sua eficácia associada ao pleno funcionamento do mecanismo como um todo.

Ao pensar neste cenário mais amplo, a instabilidade nos repasses de recursos ao FCBA pela SEFAZ é um dos gargalos que comprometem o funcionamento de todo o programa. Os atrasos no pagamento das parcelas de projetos são a principal crítica da comunidade cultural em relação aos editais do FCBA. Dos fatores do ambiente contextual, talvez este seja um dos mais impactantes no desempenho não só do FCBA, mas de toda a Secretaria, pois, em agosto de 2013, por exemplo, o governo estadual anunciou um contingenciamento que causou impacto na assiduidade nos repasses financeiros pela SEFAZ, ocasionando atrasos, adiamentos e até o cancelamento de alguns projetos e ações da SecultBA.

Em 1º de agosto de 2013, através de decreto publicado no Diário Oficial do Estado, o governador Jaques Wagner anunciou um contingenciamento de R\$ 250 milhões, que só não atingiu as Secretarias da Saúde e da Educação. Os cortes no orçamento da SecultBA acarretaram atraso de vários meses no pagamento dos projetos

aprovados nas seleções públicas, já que o FCBA também depende da SEFAZ para liberação de recursos. A FUNCEB foi uma das autarquias mais prejudicadas pelo contingenciamento, tendo que adiar a realização dos seguintes editais: Calendário das Artes, Festival Nacional 5 Minutos, Quarta que Dança e Salões de Artes Visuais da Bahia, além de revogar os editais Temporada Verão Cênico e Ação Poética nas Comunidades.

Não adianta ter um sistema *online* que funciona como planejado se existe este problema na liberação das parcelas, comprometendo a imagem do FCBA. O diálogo constante com a SEFAZ tem sido um dos caminhos encontrados pela SUPROCULT para sensibilizar os gestores daquela Secretaria sobre a necessidade de não haver atrasos na descentralização dos recursos do FCBA.

Por ter sido implantado há menos de dois anos, o módulo Clique Fomento ainda necessita ter todas as suas ações disponibilizadas para que o acompanhamento dos projetos no sistema alcance a etapa de prestação de contas. Ainda assim, até o momento, as informações disponíveis no banco de dados do sistema já poderiam fornecer indicadores para montar um diagnóstico e revelar outros resultados de interesse público. Essas pesquisas no sistema são fundamentais, por exemplo, na formulação de novas políticas públicas para determinado segmento cultural, pois o primeiro passo para isso é o conhecimento da realidade sobre a qual essa política incidirá.

Mesmo sabendo que o campo da cultura possui características nem sempre tangíveis e que os indicadores culturais dificilmente conseguirão abarcar todas as particularidades da área, esses dados são importantes a partir do momento em que quantificam e qualificam determinados aspectos da(s) cadeia(s) produtiva(s).

Uma política cultural contemporânea no Brasil só é possível com o desenvolvimento de instrumentos de planejamento também eficazes. Reunir dados e produzir indicadores para orientar a ação dos gestores públicos e privados é um passo importante dessa política. (HERENCIA, 2010, p. 26)

Conforme já foi dito, no processo seletivo dos Editais Setoriais 2013, as propostas foram atualizadas no sistema até a fase de análise técnica (etapa de avaliação).

No certame de 2014, as propostas deverão ser atualizadas até a publicação de TAC, pagamento de parcelas, termos aditivos, etc., faltando apenas a implementação das ações referentes à prestação de contas. Até o momento, as propostas aprovadas em 2014 tramitaram paralelamente no sistema e em meio físico (processos administrativos).

Com isso, um desafio para as equipes que trabalham com os editais é assimilar a atualização do Clique Fomento nas suas rotinas diárias, para que as propostas no sistema reflitam simultaneamente a tramitação dos seus respectivos processos físicos. Essa atualização constante é essencial para que, sempre que necessário, as consultas e relatórios gerados através do sistema apresentem informações precisas e consistentes.

A construção de um Sistema de Financiamento Cultural deve dispor de indicadores e propiciar acompanhamento oportuno, capaz de avaliar o desempenho das sucessivas políticas, se atingiram seus objetivos declarados, dos meios que acionaram para atingi-los e dos resultados alcançados, enfim, do esforço do setor público. A geração de informações transparentes, confiáveis e úteis à Administração Pública e à sociedade é função fundamental na busca de soluções para alguns dos problemas sociais e culturais relevantes presentes nas diversas conjunturas sociais, políticas e econômicas. (SILVA, 2007, p. 169)

Se na Bahia, a demanda por criação de um cadastro cultural aparece em 2007, através da II Conferência Estadual de Cultura, em âmbito federal, a necessidade de implementação de um sistema nacional de informações culturais já aparecia como uma das 30 prioridades da 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005¹⁵. De acordo com o Relatório Final da Conferência, o sistema deveria ser “estruturado em rede, para gerar indicadores que orientem a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de cultura numa perspectiva da transversalidade” (p. 04).

Outro desafio que se impõe à gestão dos editais e da qual o SIIC poderá contribuir sobremaneira, com a disponibilização dos módulos: Cadastro Cultural e Pesquisas e Estatísticas, é no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação, monitoramento e pesquisas socioculturais (quantitativas e qualitativas) que forneçam informações que permitam analisar os impactos dos editais na vida dos agentes

¹⁵ Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Cultura, MinC, 2007 (*apud.* BARROS, 2007).

culturais, visando sempre aprimorar esse mecanismo democrático de financiamento cultural.

3.3 Propostas de melhoria

A partir da análise desenvolvida sobre o Clique Fomento na gestão dos editais do FCBA, considero importante elencar algumas proposições para o constante aperfeiçoamento deste módulo do SIIC. Desta maneira, apresento as seguintes sugestões:

1. Criação de um Grupo de Trabalho (GT) permanente, com reuniões periódicas, para realização de simulações com antecedência, no ambiente de teste, das próximas etapas do processo seletivo. O GT deverá ser composto por, pelo menos, dois servidores de unidades executoras distintas, além de um membro da Coordenação de Editais da SUPROCULT e o servidor responsável pelo monitoramento do SIIC;
2. Acompanhamento periódico da atualização das propostas no sistema para verificação da situação (*status*) correspondente. O servidor responsável pelo monitoramento do SIIC realizará esta tarefa e, sempre que identificar algum problema e/ou divergência no sistema, deverá comunicar à Coordenação de Editais e entrar em contato com a unidade executora para sanar a questão;
3. Desenvolvimento de um guia simplificado para utilização do módulo Clique Fomento, a partir do Manual do SIIC já existente. O guia será disponibilizado para consulta permanente de todas as unidades executoras, além de ser útil para o treinamento de novos servidores;
4. Disponibilização de um *login* e senha de proponente fictícios no ambiente de teste para que seja possível consultar as opções disponibilizadas e ações permitidas aos proponentes no sistema. Cada unidade executora deverá ter um *login* e senha deste tipo, para o esclarecimento de dúvidas dos seus proponentes;
5. Realização de consulta pública para que os proponentes (sociedade civil) possam opinar sobre o funcionamento do Clique Fomento, propondo melhorias para o aperfeiçoamento do sistema.

Considerações Finais

Por várias vezes, ouvi alguns coordenadores me dizerem a seguinte frase: “O sistema é bruto!” A analogia ao jargão utilizado pelo apresentador de um programa sensacionalista da TV local, para se referir ao Clique Fomento, expressava na verdade uma dificuldade do servidor para atualizar o sistema, quer seja por questões de infraestrutura (acesso precário à internet), quer seja pela necessidade de replicar no SIIC procedimentos já realizados *off-line*.

Foi observando a relação dos servidores das equipes de editais com o sistema, analisando o meu dia-a-dia à frente da gestão dos editais e com o objetivo de analisar as implicações do SIIC nas seleções públicas do FCBA, que desenvolvi este trabalho. Para tanto, fiz um breve panorama das políticas públicas de cultura no Brasil para localizar o trabalho da SecultBA na área de fomento e financiamento cultural, em sintonia com as políticas do MinC, inauguradas a partir da gestão de Gilberto Gil.

Conforme foi abordado, a SecultBA, por ser uma organização pública sem fins lucrativos, tem uma gestão com foco em objetivos menos palpáveis, como a democracia e a cidadania culturais. Ainda assim, possui uma estrutura organizacional complexa e burocratizada, mas com planejamento aquém ao necessário e ainda sem um mecanismo mais sofisticado e contínuo de avaliação e monitoramento dos programas e ações realizados pela mesma.

A cada quatro anos (período em que ocorrem as eleições para Governo do Estado), pelo menos, mudanças são feitas na definição do Secretário de Cultura e na composição da equipe geral de trabalho da SecultBA. A instabilidade na composição do quadro de funcionários e na administração central dificulta a definição de uma cultura organizacional mais consistente e sedimentada, realmente compartilhada pela organização. Essa instabilidade e constantes mudanças de servidores também são percebidas nas equipes dos editais, em cada unidade executora. Entretanto, é possível apontar alguns elementos que marcaram os últimos 08 anos, quando a despeito das mudanças, tivemos uma relativa estabilidade do ponto de vista político, tendo sido o período em que o PT esteve à frente do Governo do Estado e quando a atual estrutura administrativa da SecultBA foi estabelecida.

A relação entre a Secretaria e a sociedade tornou-se mais transparente e acessível, tome-se como exemplo a realização das cinco conferências estaduais de cultura (mais quatro territoriais e quatro setoriais). Pode-se dizer que o ambiente interno da SecultBA, apesar de toda a sua diversidade constitutiva, introjetou a proposta de construir uma política de cultura para o estado calcada no diálogo e na diversidade.

Foi neste ambiente democrático de escuta pública e repercussão na política cultural que o Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – SIIC foi implementado. Mesmo antes da escrita deste trabalho, pelo contato direto com o objeto em questão, já sabia que minha análise não seria conclusiva, mas poderia suscitar questões importantes para reflexão e aprimoramento da gestão do Clique Fomento. Espero também que outros pesquisadores se interessem na temática e possam desenvolver pesquisas futuras sobre este e outros aspectos que envolvem a gestão dos editais do FCBA.

Como visto, a relação com a SEFAZ é fundamental para garantir os repasses do orçamento previamente aprovado e garantir a execução dos projetos apoiados pelo FCBA. Se o módulo Clique Fomento foi desenvolvido para otimizar o processamento das propostas recebidas e facilitar o acompanhamento dos projetos selecionados, a realização dos pagamentos nos prazos previstos irá contribuir ainda mais para a plena efetivação deste importante instrumento de financiamento cultural da política pública do Estado.

Vale ressaltar que, em função do tempo e da especificidade desta monografia, optei por trabalhar somente com as seleções públicas do FCBA, mas o edital é apenas um dos vários instrumentos disponíveis. E apesar da relação inerente, não se pode confundir política de fomento com mecanismo (modelo) de financiamento.

Sendo assim, finalizo minha análise da relação do Clique Fomento com este modelo de financiamento, propondo uma revisão na instrução processual dos projetos selecionados, o que resultará na simplificação dos processos administrativos. Tal medida possibilitará a redução dos processos físicos e a economia com a impressão/fotocópia de documentos, haja vista que só serão impressos os arquivos estritamente necessários à tramitação do processo físico. Sempre que necessário, os

servidores poderão consultar a proposta, a documentação do proponente e demais documentos referentes àquele projeto/edital no sistema.

Finalmente, não posso deixar de destacar um aspecto óbvio: o sistema é operacionalizado por pessoas distribuídas nas diversas equipes de editais da SecultBA. E se a gestão dos editais ocorre de forma compartilhada, os processos de avaliação e monitoramento também precisam ser colaborativos. À vista disso, além da SUPROCULT, as demais unidades executoras também devem se sentir responsáveis pela avaliação e constante aprimoramento do módulo Clique Fomento.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Aparecida. **A inserção da dimensão econômica nas políticas públicas de cultura no Brasil.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Maria-Aparecida-Alves.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

BAHIA: Terra da Cultura – Publicação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Ano 1 – Nº 1. Salvador: EGBA, 2014.

BARROS, José Márcio. **Para uma Cultura da Avaliação da Cultura.** São Paulo, 2007. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/000978.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas.** *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.2, pp. 73-83. ISSN 0102-8839.

BRANT, Leonardo. **Edital: o santo remédio.** *Cultura e Mercado*, 11/06/2009. 2009b. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/post/edital-o-santo-remedio/>>. Acesso em: 08 out. 2014.

BRITTO, Alzemeris Martins Ribeiro de; SANTOS, Cléia Costa dos. **Instrumentos para concretização da democracia participativa. Fundo constitucional de cultura. Vinho novo em odre velho?** *Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado (RERE)*, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 19 – set. out. nov. 2009. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-19-SETEMBRO-2009-ALZEMERIS-MARTINS.pdf>> Acesso em: 08 out. 2014.

CUMMING, Mariana (org.). **Relatório 2009/ 2010 – Fundação Cultural do Estado da Bahia.** Salvador: EGBA, 2010.

DOMINGUES, João Luiz Pereira; SOUZA, Victor Neves de. **Programa Cultura Viva: A política cultural como política social? Elementos de análise dos fundos públicos e do direito à produção de cultura.** In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 5., 2009, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2009. CD-Rom.

FONSECA, Ana Lúcia Reis; SILVA, Carmen Azevedo Melo da; PEREIRA, Manoel Passos Rocha; ALVES, Maria das Graças Câmara Teixeira; LIMA, Simone Rubim de Pinho (orgs.). **Memória da Cultura: 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia**. Salvador: EGBA, 2004.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília, Ministério da Cultura, 2003.

HARVEY, Edwin R. **Financiación y legislación de la cultura en um mundo global**.

El Éjido, 2009. Disponível em:

<<http://www.difusaocultural.ufrgs.br/adminseminario/documentos/arquivo/Financiacion%20y%20legislacion%20de%20la%20cultura%20en%20un%20mundo%20global.%20Almeria%202009.pdf>> Acesso em: 08 out. 2014.

HERENCIA, José Luiz. Uma nova fase no planejamento de políticas culturais. In: **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais – 2ª edição**. Brasília: MinC, 2010.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. **Financiamento e fomento à cultura na Bahia: análise da gestão de Jaques Wagner**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 5., 2009, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2009. CD-Rom.

LUBAMBO, Cátia Wanderley; ARAÚJO, Maria Lia Correia de. **Avaliação de programas sociais: virtualidades técnicas e virtualidades democráticas**. Recife: Fundaj, Inpsoc, 2003. 16p.

MIGUEZ, Paulo. **A Economia da Cultura**. *Jornal Letras*, nº 45, jan. 2011. Disponível em: <http://issuu.com/cafecomletras/docs/letras45_final_bx/6> Acesso em: 24 set. 2014.

PEDRA, Layno Sampaio. **Democracia e Fomento à Cultura: uma análise do Fundo de Cultura da Bahia**. Dissertação do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – UFBA. Salvador, 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **As políticas culturais e o governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. **Panorama das Políticas Culturais no Brasil: Práticas e Análises.** (Coleção cultura é o quê?, v. 6). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, 2012.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. **Políticas públicas de cultura no Brasil e na Bahia.** Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2010.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento.** Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

SILVA, Taiane Fernandes da. **Políticas Culturais: A Secretariada Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006.** Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – UFBA. Salvador, 2008.

SIMIS, Anita. **A política cultural como política pública.** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnitaSimis.pdf>> Acesso em: 26 set. 2014.